

■ Lúcio Meireles Martins¹ e Antonio Teixeira de Barros²

*Influências do Parlamento Jovem Brasileiro
no comportamento político dos egressos:
análise da autopercepção dos jovens
participantes*

*Influences of the Brazilian Young Parliament
on the political behavior of the graduates: self-
perception of young people*

Introdução

Este estudo tem como foco analítico as possíveis influências de um programa de educação política juvenil no comportamento político dos egressos, a partir da avaliação e autopercepção dos próprios jovens que participaram do projeto, no período de 2006 a 2014. Trata-se do Parlamento Jovem Brasileiro (PJB) da Câmara dos Deputados. O PJB realiza anualmente, durante uma semana, um processo formativo baseado em uma simulação parlamentar e priorizando o protagonismo dos participantes. O projeto existe desde 2004, com 78 participantes em cada edição. Até o ano de 2016 foram 936 participantes.

O objetivo principal do texto é analisar os efeitos dessa ação educativa na cultura cívica, no engajamento cívico e na participação

1 Mestre em Poder Legislativo pelo Centro de Formação da Câmara dos Deputados (Cefor). Brasília, DF, Brasil. E-mail: <luciogoiano@hotmail.com>.
2 Doutor em Sociologia. Docente e pesquisador do Programa de Pós-Graduação do Centro de Formação da Câmara dos Deputados (Cefor). Brasília, DF, Brasil E-mail: <antonibarros@gmail.com>. Revista Brasileira de Ciência Política, nº 27. Brasília, setembro - dezembro de 2018, pp 139-189.
DOI: 10.1590/0103-335220182705



política formal dos egressos. Para a consecução desse objetivo são abordados dados de um *survey* com amostra de 29,17% do público atendido pelo PJB no período mencionado acima, incluindo análises quantitativas, por meio de técnicas descritivas e de inferência estatística. Depoimentos escritos são analisados sob uma perspectiva qualitativa, utilizando-se do método da análise de conteúdo e de sua técnica de categorização.

Há poucos estudos acerca de influências de programas de educação política no comportamento político juvenil, e, no Brasil, estes são recentes e apresentam diferentes recortes temáticos específicos³. Estudos semelhantes ao aqui apresentado já foram realizados sobre o Parlamento Jovem da Assembleia do Estado de Minas Gerais (PJM), um dos pioneiros nesse tipo de iniciativa, abordando a questão da confiança política, entre outros temas (FUKS, 2014). Neste estudo, objetiva-se ampliar esse tipo de análise ao buscar informações de egressos de dez edições do PJB, o que pode pôr luz sobre as possíveis influências após transcorrido algum tempo da experiência de educação política. O problema a ser pesquisado está vinculado diretamente às seguintes questões: o PJB produz influências duradouras no comportamento dos jovens? Quais são as influências mais expressivas?

Como o foco deste estudo está nas influências produzidas por um programa institucional de educação política, a partir da auto-percepção dos egressos, é necessário considerar em qual contexto se dá esse processo. O PJB como ação educativa do Parlamento não é uma iniciativa exclusiva do parlamento brasileiro, pelo contrário, faz parte de uma tradição dos parlamentos democráticos em todo o mundo. Essa função educativa é inerente ao exercício das três principais funções exercidas pelo parlamento: representar, legislar e fiscalizar. No exercício dessas funções, a atuação parlamentar e a interação com os cidadãos geram um processo de socialização política e produzem ganhos epistêmicos para os participantes desse processo (RIBEIRO, 2010).

3 Entre os estudos encontram-se: Gonçalves; Casalecchi, 2013; Fuks; Casalecchi, 2012; Casalecchi, 2011; Fuks, 2014; Henrique, 2012; Carvalho, 2009; Cosson, 2010, 2011, 2015; Rocha, 2016 e Oddone, 2015.

Ao desenvolver projetos de educação para a democracia o Parlamento exerce de forma efetiva e intencional uma missão educativa. Essa atuação pode ser considerada uma resposta de seu corpo de servidores e dos parlamentares que dirigem a instituição à desconfiança política e à imagem negativa que a população externa em pesquisas de opinião, em protestos e manifestações dos tipos mais diversos (MARTINS, 2012). “Trata-se de estratégias para aproximar a sociedade do Parlamento com a perspectiva de se resgatar a legitimidade deste” (RIBEIRO, 2010, p.169).

O artigo está estruturado em quatro seções. Na primeira apresentamos um panorama acerca dos estudos sobre comportamento político dos jovens, tendo em vista a relação desse tema como a temática aqui examinada. A segunda consiste em uma revisão bibliográfica relativa aos projetos de educação política voltados para a juventude. A terceira contém uma descrição sobre o programa aqui estudado, ou seja, o Parlamento Jovem Brasileiro. A quarta seção apresenta e discute os dados da pesquisa, precedida de uma breve descrição dos procedimentos metodológicos adotados.

Comportamento político dos jovens

O comportamento político é compreendido pelas ações e posicionamento dos cidadãos e dos atores políticos perante o mundo político, incluindo suas motivações, expectativas e atitudes (BORBA, 2005; PASQUINO, 1998; SANDOVAL, 1997). O estudo do comportamento político concentra a “atenção na personalidade e na atividade política do homem”, dando atenção aos “processos e mecanismos informais, mediante os quais os homens exercem uma interação recíproca entre si” (PASQUINO, 1998, p. 186).

O estudo do comportamento político transita entre a sociologia e a psicologia social, conforme defende Sandoval (1997), constituindo-se num tema transdisciplinar (PASQUINO, 1998), sendo que os conhecimentos desses campos se complementam e se misturam, dada a multiplicidade de variáveis individuais, sociais e relacionais que compõem esse fenômeno. Esses estudos colocam o indivíduo no centro da análise e utilizam abordagens construtivistas,

no sentido de analisar a participação política e a interação dessas escolhas com as relações interpessoais e as forças estruturais mutuamente atuantes (SANDOVAL, 1997). Assim, considera-se que o comportamento político é um fenômeno multicausal e que “orientações geracionais, fatores institucionais e conjunturas históricas” podem levar a um maior ou menor engajamento cívico e político ou mesmo a uma variação na adesão aos princípios democráticos (SCHLEGEL, 2011, p.12).

Esse tipo de estudo deve realizar inicialmente uma caracterização do comportamento em relação aos espaços sociais onde ocorre, se formalizados ou não, e quais tipos de participação podem ser verificadas, se individuais ou coletivas. Contudo, essa análise precisa ser contextual, já que ações individuais podem ser realizadas no âmbito institucional ou no âmbito privado e também ações coletivas podem buscar, por meio da pressão, gerar mudanças na política, mesmo que por meios não institucionais. Constitui-se assim uma abordagem que busca a percepção das formas do agir como um processo político de participação (SANDOVAL, 1997).

Estudos empíricos sobre juventude apontam para uma multiplicidade de formas de participação e de engajamento político e social, os quais enveredam por caminhos diversos, sejam os da política institucional, sejam os da ação militante no trabalho social voluntário (CASTRO, 2008). Outra característica do engajamento político juvenil é que nem sempre o sentido político das ações aparece de forma ostensiva, ou seja, nem sempre é explicitado ou admitido pelos jovens. Isso mostra que as formas convencionais da ação política permanecem em tensão com outras escolhas de engajamento e de participação na sociedade.

Essa atuação da juventude por causas sociais muitas vezes não é considerada por eles mesmos como ação “política”. Quando esse termo aparece em relatos de jovens, está relacionado ao que deve ser evitado, expressando a descrença na política partidária e em políticas públicas (CASTRO, 2008). Estudos empíricos indicam que os jovens reconhecem a importância da política institucional para suas vidas e para a sociedade como um todo, porém não percebem eficácia

de sua ação para interferir nessa realidade, o que gera a formação de grupos para uma atuação alternativa e direta, em contraponto à participação na política institucional que tem uma forte hierarquização (MAYORGA; CASTRO; PRADO, 2012). Nesse quadro se soma um baixo índice de identificação partidária, devido a três principais razões, segundo Braga e Pimentel Junior (2011, p.272): “o sistema eleitoral proporcional, o baixo nível cognitivo dos eleitores e a cultura política do populismo”. Nesse sentido, Carrano (2012, p.95) adverte que jovens de diferentes estratos sociais dão expressivas evidências de rejeição ao ofício da “política profissional” e a seus agentes: os políticos. Essa é, sem dúvida, uma sinalização preocupante, pois a baixa confiança na política fragiliza a institucionalidade democrática, que se organiza na base da representação partidária.

O engajamento juvenil, contudo, é impulsionado pelo idealismo, conforme registra pesquisa de Castro (2008), marcado pela convergência na defesa de causas comuns, independentemente da orientação ideológico-partidária. Essa convergência é expressa, por exemplo, no combate à corrupção, na redução das desigualdades sociais e na reivindicação de melhores serviços públicos, especialmente educação e saúde. Isso significa que a militância juvenil nos partidos políticos e nos movimentos estudantis é pautada por uma visão crítica da sociedade e pela participação entendida como forma de promover uma ampla transformação social (CASTRO, 2008, p.257).

Essa particularidade no modo juvenil de encarar a participação é um dos fatores que explicam a suspeita deles em relação à política institucionalizada. Além disso, as disputas, os debates e os conflitos característicos da esfera partidária, por exemplo, são vistos como impedimentos para o engajamento e a participação no plano institucional, pois implicam negociações e acordos suspeitos. Tais arranjos são considerados instrumentos para a máquina partidária, algo que se distancia do ideal de transformação sociopolítica almejada. Por essa razão, os jovens preferem “uma via direta de ação e de participação na sociedade, em que podem constatar, por eles mesmos, os efeitos do que fazem, sem intermediações” (CASTRO, 2008, p.263). Essa perspectiva de análise do comportamento político da

juventude aponta não para um apoliticismo dos jovens em geral, que poderia ser causado pela desconfiança nas instituições, mas pela busca de vias não convencionais de participação, como o associativismo, o voluntariado e “ações de confrontação das elites e do poder regulador das instituições” (AUGUSTO, 2008, p.161-162).

Nesse processo, segundo Nuno Miguel Augusto, é necessária a ressalva de que os jovens têm se afastado da política institucionalizada, mas não da democracia. Para os jovens, a democracia surge associada a um desejo de liberdade e autonomia que é inteiramente congruente com as perspectivas juvenis. Por outro lado, o autor salienta que a democracia está mais estreitamente vinculada ao plano existencial dos jovens e não ao plano político. Assim, é essencial “não confundir desinteresse pela política com desinteresse pelos mecanismos formais e institucionais da política, em particular os partidos e as elites que as lideram” (AUGUSTO, 2008, p.164). Dados da Pesquisa Nacional sobre o Perfil e a Opinião dos Jovens Brasileiros⁴ mostram que 54% deles nunca participaram de nenhuma atividade política no âmbito institucional e que 45% reconhecem as mobilizações de rua, protestos, manifestações e outras ações diretas como a via mais indicada para a solução de problemas sociais. Outro levantamento mostra 82% de desinteresse dos jovens pela política em suas modalidades institucionalizadas⁵ (BAPTISTA *et al.*, 2013). Outra pesquisa⁶ retrata tanto a desconfiança como esse quadro de negação das instituições mediadoras ao indicar que 59% dos jovens afirmam que o Brasil seria melhor se não houvesse partidos políticos (RODRIGUES, 2014).

A literatura apresenta diferentes perspectivas de análise da participação e do comportamento político e, entre estas, destacam-se a ótica geracional e a cognitiva. Estudos sobre comportamento político registram que a faixa etária é uma variável de grande relevância quando se trata de interesse por política e formas de

4 Pesquisa realizada pela Secretaria Nacional da Juventude, em 2013. Disponível em: <http://www.polis.org.br/uploads/1982/1982.pdf> Acesso em 30/11/2018

5 Pesquisa Juventude, Participação e Voto, UFMG, 2010. Disponível em: http://www.opiniaopublica.ufmg.br/pesquisas_detalhe.php?id=41 Acesso em 30/11/2018

6 Pesquisa do Instituto Data Popular de 2014.

participação, com base no argumento de que “os recursos materiais e cognitivos relacionados à participação, bem como os vínculos sociais, se acumulam no decorrer do tempo” (OKADO, 2013, p.41). Assim, o jovem se interessaria menos por política, mas, conforme adquire maiores níveis educacionais, amplia o seu interesse quando adulto e se desinteressa na terceira idade, devido à perda de seus vínculos sociais. Trata-se do que Milbrath e Goel (1977) denominam “efeito curvilíneo” entre interesse por política e idade. Logo, “existe um desencanto com este instrumento de participação ao longo da vida” (OKADO, 2013, p.44).

Para a análise, optamos pela tipologia desenvolvida por Ekman e Amná (2012), segundo os quais, tendo como foco estudos sociológicos de língua inglesa, o termo *civic engagement* seria usado indiscriminadamente para denominar praticamente tudo em termos de participação política, de ações voluntárias até a participação eleitoral, por exemplo. Nesse sentido, esses pesquisadores fazem uma distinção que tem basicamente uma preocupação: diferenciar o que é uma participação política manifesta ou formal e o que seria uma orientação pré-política ou latente. Para realizar essa classificação, os autores utilizam um conceito de política que está vinculado ao poder. Uma atividade política manifesta estaria intencionada a influenciar as pessoas que possuem o poder na sociedade, ao passo que a participação política latente pode significar um potencial e que pode ser verificada na atenção e interesse pela política, por exemplo. Essa latência também se verifica em ações pontuais cujo foco é uma comunidade ou localidade específica, porém sem a intenção de alterar as relações de poder estabelecidas. Conforme pode ser observado no Quadro 1, essa tipologia apresenta uma certa graduação: envolvimento (atenção e interesse em questões sociais), engajamento cívico (busca por informação e ação local), participação política formal (institucional) e ativismo não institucional legal e ilegal.

Quadro 1 – Tipologia de formas de participação política

Participação política latente			Participação política manifesta	
Envolvimento social (atenção/interesse)	Engajamento Cívico (ação)	Participação política formal	Ativismo (participação política não institucional)	
			Legais protestos e ações	Ilegais protestos e ações
Formas individuais				
Percepção da política como importante	Atividade que reflete o interesse pela política e por questões sociais, como: doações para ações de caridade, ler notícias sobre política, escrever comentários para jornais e reciclar seu lixo	Voto em eleições e referendos	Boicote ao consumo de produtos por posição política	Desobediência civil
Interesse pessoal pela política e por questões sociais		Ações deliberadas de não votar ou votar em branco	Assinatura de petições	Ataque a propriedades por motivação política
Conversas sobre política com amigos e familiares		Contato com representantes e servidores públicos	Distribuição de panfletos políticos	
		Concorrer para um cargo público eleutivo	Posicionamento político em redes sociais e fóruns de debate na internet	
		Doar dinheiro para partidos políticos e organizações políticas		
Formas coletivas				
Sentimento de pertencimento a um grupo com um perfil político e agenda própria	Voluntariado em trabalhos sociais, como: ajudar pessoas sem moradia e trabalhos de caridade e outros de base comunitária	Participação política organizada: filiação em partidos políticos, em sindicatos e atuação em outras organizações	Envolvimento em movimentos sociais e fóruns de debate	Ações coletivas de desobediência civil
Estilo de vida que se relaciona à política: identidade, roupas, música, alimentação e valores. Por exemplo: veganismo, skinhead, anarquismo.	Obs.: atuação fora do grupo familiar e do círculo de amizades	Participação voluntária nessas inst., mesmo sem filiação, como: ir a reuniões e encontros, atuar em campanhas eleitorais	Participação em greves, protestos de rua e outras ações	Sabotagem e obstrução de rodovias ou trens
				Participação em atos violentos
				Ocupações de prédios
				Confrontos violentos contra oponentes políticos ou contra a polícia

Fonte: Tradução livre e adaptado de Ekman e Amnå (2012), Tabela 1 (p. 292) e Tabela 2 (p. 295).

É importante destacar a lógica de âmbito institucional nessa classificação, já que estes autores consideram três “locais” de envolvimento político: domínio privado, domínio cívico e domínio político. Nesse sentido, Ekman e Amnå (2012, p. 296) exemplificam que a participação em associações civis e em trabalhos voluntários é tipicamente realizada fora do domínio político, ou seja, está no

âmbito do civismo, enquanto que o envolvimento social normalmente é caracterizado como privado. Essa tipologia tem a vantagem de subsidiar de forma objetiva trabalhos empíricos de verificação e mensuração do envolvimento dos cidadãos com a política, do seu engajamento cívico e da sua participação nas instituições.

Apesar de certa graduação presente nessa tipologia, os autores não a veem como uma escala sequencial e unidirecional, mas a constroem com a perspectiva de uma análise mais detalhada do envolvimento e atitude em relação à política, na forma de engajamento cívico. Com essa mesma perspectiva de análise do possível fenômeno de recessão cívica, pesquisadores de diversos países buscam uma compreensão de novos perfis de comportamento e de repertórios de atuação que refletiriam mais precisamente o cidadão pós-moderno. Existe aparente consenso em relação a um declínio da participação convencional na política, o que se relaciona com a desconfiança em relação aos partidos políticos de forma central e às instituições que suportam o modelo democrático representativo, com ênfase aos parlamentos. Essa posição crítica em relação a essas instituições, entretanto, é acompanhada de uma posição favorável à democracia, rechaçando-se tendências autoritárias. Esses “*critical citizens*” ou “*monitorial citizens*” preferem formas mais individuais de atuação, sem uma formalização institucional, mas se interessam e são engajados em assuntos políticos, porém se envolvem e atuam fora dos partidos políticos (EKMAN; AMNÅ, 2012; NORRIS, 1999; MARIEN; HOOGHE; QUINTELIER, 2010).

Para Ekman e Amnå (2012), a partir da utilização de uma tipologia mais detalhada sobre o tema, pode-se estudar com mais propriedade o que se denomina como “recessão cívica”. Dessa forma, diferentes combinações de fatores podem ser analisadas para a compreensão da inserção política dos cidadãos, considerando-se suas relações sociais, sua ação individual e coletiva, além das dinâmicas de transformação política, social e cultural.

Nessa ordem de ideias, é oportuno mencionar a avaliação de Nogueira (2014, p.98) sobre o contexto político brasileiro. Para o autor, a política representativa passa por algumas transformações,

o que implica um deslocamento, ou seja: “a política deixa de se identificar com o Estado-instituição e é obrigada a se abrir para uma sociabilidade explosiva e multifacetada, sendo convidada a rever seu sentido, seus sujeitos e seus marcos institucionais”. Ainda segundo a análise do autor, os sistemas políticos – incluindo a representação, os parlamentos e os partidos – são diretamente afetados por esse processo porque “refletem a constituição de uma nova forma de vida social; tornam-se menos funcionais e menos capazes de interagir de modo virtuoso com sociedades plurais, fragmentadas, reflexivas, velozes e explosivas” (p.102). Isso leva o campo da política a contínuas reorganizações e redefinições, gerando transformações tidas como positivas, mesmo que lentas.

Essas dinâmicas de transformação, entretanto, são marcadas pela lógica da *história lenta*, conforme expressão de Martins (1994, p.29). Para o autor, as dinâmicas de mudança social e política no contexto brasileiro são caracterizadas pela lentidão, “sem rupturas sociais, culturais, econômicas e institucionais”. Assim, “o novo surge sempre como um desdobramento do velho” (p.29). Essa característica, na visão do autor, resulta do fato de que as decisões são tomadas pelas elites conservadoras, com ampla representação parlamentar. Apesar das propostas e pressões de forças que anseiam por mudanças mais rápidas e expressivas, como os movimentos sociais, são essas elites que decidem pela manutenção do *status quo* ou por transformações em ritmo muito lento.

Estudos sobre projetos de educação política juvenil

Para dois teóricos fundadores da teoria da cultura cívica, Almond e Verba (1989), o processo de aquisição de valores democráticos, incluindo a participação política, nas novas democracias seria um processo de longo prazo e vinculado à modernização, entendida como racionalização pela educação e pelo desenvolvimento econômico, e também relacionado à renovação ideológica das gerações mais recentes. Entretanto, estudosos como Finkel e Smith (2011), que analisam os efeitos de programas de educação política, indicam que essa mudança cultural pode ser intencionalmente modificada

num curto prazo. Essa afirmação se baseia em estudos de efeitos de programas de educação política desenvolvidos em países como Quênia, Polônia, República Dominicana e África do Sul, que têm em comum serem nações com democracias recentes. Na análise realizada no Quênia, os estudos indicam que houve significativo aumento do conhecimento político e de participação, além de valorização do patriotismo, em contraposição à identificação tribal e de intolerância política (FINKEL; SMITH, 2011, p.432).

As habilidades desenvolvidas nas práticas das atividades de educação política são levadas ao cotidiano dos egressos e a intensidade desse processo educativo e interativo influencia numa maior participação posterior na política local. Finkel (2003) identifica que o envolvimento em associações civis, considerado como recurso de *network*, favorece as influências dos programas no que tange à participação política. O pesquisador também destaca que a educação formal contribui para uma maior consciência política nos países estudados já citados, com exceção da República Dominicana. De forma geral, Finkel aponta nos seus estudos que habilidades cognitivas e laços sociais favorecem efeitos positivos de programas de educação política desenvolvidos com o objetivo de fortalecer uma cultura democrática.

No contexto brasileiro, estudos que abordam possíveis efeitos de programas de educação política não são numerosos e, entre esses, destacam-se os desenvolvidos a partir da experiência do Parlamento Jovem da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, responsável por uma das iniciativas mais antigas desse tipo no Brasil. Casalecchi e Gonçalves (2013, p.73) salientam que os participantes passaram a confiar mais nas instituições, quando comparados com grupos de controle de não participantes, o que permitiu aos autores considerar que eventos políticos que conseguem gerar um intenso fluxo informatacional e uma experiência direta de envolvimento com a política podem alterar atitudes arraigadas na socialização política.

Análise semelhante fazem Fuks e Casalecchi (2012) ao investigar efeitos do PJ mineiro da edição de 2008, em que concluem que o projeto interfere significativamente no conhecimento político, na

confiança política e na imagem da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, o que não ocorreu em relação à imagem do Congresso Nacional. Em outro estudo, Fuks (2014) aponta que a metodologia dos programas de educação política pode influenciar nos seus resultados e que, na edição de 2008 do PJ mineiro, não foi possível verificar aumento da participação política⁷ dos egressos, apesar desses outros efeitos supracitados. Para Fuks, manifesta-se nesse contexto o que ele denomina de “efeitos tardios”. Assim, o Parlamento Jovem desperta o estudante para o mundo da política, “mas o eventual efeito do programa sobre o engajamento cívico seria indireto e mediado pela motivação política” (2014, p.434).

Quanto à durabilidade das mudanças cognitivas geradas pelo PJ mineiro, tanto Fuks (2014) como Casalecchi e Gonçalves (2013) ressaltam que seria necessária uma terceira onda de pesquisa, assim, a proximidade temporal da experiência socializadora e o levantamento de dados podem ter efeito significativo na verificação. Entre os resultados diretos do PJ mineiro, Fuks (2014, p.432) enfatiza que “o aumento de exposição à informação e do interesse por política é evidente. Os jovens saíram do PJ mais interessados por política e muito mais expostos ao noticiário político”. Dessa forma, espera-se que o estímulo ao hábito de se informar gere efeitos, no futuro, também indiretos e tardios no conhecimento político e no comportamento dos egressos. O mesmo autor indica que, entretanto, os “valores são mais resistentes à mudança do que a motivação, o conhecimento político e as atitudes diante de instituições políticas” (FUKS, 2014, p.442).

Uma pesquisa realizada com os egressos das edições de 2007 e 2008 do PJB, por Carvalho (2009, p.63), traz conclusão semelhante, ao afirmar que se amplia a informação política por meio do confronto de ideias no debate de temas de interesse coletivo, são desenvolvidas habilidades de articulação e convencimento e

⁷ Fuks (2014) faz uma ressalva metodológica a essa análise, já que a investigação envolve jovens de 14 a 17 anos, antes da participação e logo após, ou seja, não havendo tempo suficiente para inúmeras oportunidades possíveis de participação política, como o envolvimento em campanhas eleitorais, por exemplo.

exerce-se o consenso, práticas que ensejam “uma mudança na imagem do jovem sobre a atuação do parlamentar e do Legislativo”. Estudo sobre o projeto Jovem Senador Brasileiro, abordando egressos das edições anuais de 2011 a 2014, também indica que os egressos passam a ter maior interesse “por notícias e informações sobre o governo, as leis e a política em geral”, além de praticamente a totalidade dos Jovens Senadores se sentiram mais inclinados a exercer sua cidadania, após a participação no projeto (ODDONE, 2015, p.32). O estudo citado também aponta para efeitos no que tange ao sentimento de eficácia política, já que mais de 87% dos respondentes consideraram que sua participação gerou influências em pessoas com quem convivem.

A análise do comportamento político e de influências de programas de educação política também demandam o conhecimento acerca do perfil dos ingressantes como forma de se possibilitar a verificação de possíveis mudanças de padrões comportamentais. Partindo-se dessa perspectiva, uma pesquisa com jovens participantes do PJB da Câmara dos Deputados, aplicada anteriormente à simulação parlamentar e utilizando grupos de controle, analisa valores e princípios da democracia liberal. O estudo indica que os jovens selecionados para o projeto apresentam maior interesse pelo Poder Legislativo e por partidos políticos, aceitam mais a lei como regra social, defendem em maior proporção a democracia como sistema ideal de governo e têm maior aceitação aos direitos das minorias (ROCHA, 2016). A percepção de um perfil diferenciado dos participantes do PJB também é verificada por Barros e Martins (2016) ao afirmarem que, já antes mesmo da participação, os jovens apresentam maior engajamento político quando comparados com o jovem brasileiro apresentado nas pesquisas nacionais sobre juventude.

Fica evidente, como demonstrado, a complexidade e a diversidade das perspectivas de análise do comportamento político e dos efeitos de projetos de educação política. Essas pesquisas abordam questões como os resultados cognitivos dos projetos no que tange ao aprendizado e à construção de valores democráticos, avaliam

influências na atitude política, tendo a confiança institucional e o sentimento de eficácia política como indicadores e também buscam relacionar as metodologias e os conteúdos dos programas ao engajamento e à participação política.

Esta pesquisa busca unir algumas dessas temáticas ao analisar os possíveis influências do PJB no comportamento político e relacionando-o com a confiança institucional como expressão da cultura cívica. Enquadra-se também entre os estudos que, além de buscar identificar relações entre variáveis cognitivas e comportamentais, intenciona trazer à tona a expressão própria dos egressos sobre esses possíveis resultados da experiência política e educativa que o Parlamento Jovem Brasileiro proporciona. Assim, a condução deste estudo demandou a seleção de uma tipologia que melhor se adequa ao seu objetivo, dada a necessidade de se delimitar conceitos como participação política formal e engajamento cívico, por exemplo. A próxima seção inicia com uma descrição resumida do PJB, incluindo sua origem e seu método de trabalho.

O Parlamento Jovem Brasileiro

O PJB realiza uma simulação da atuação parlamentar, durante uma semana, no segundo semestre de cada ano, juntamente com atividades formativas, sempre direcionadas ao processo legislativo, ou seja, ao debate e à tomada de decisões coletivas, tendo o jovem como protagonista. O público do PJB são jovens estudantes regularmente matriculados em escolas públicas ou privadas, entre 16 e 22 anos. O PJB foi idealizado pelo deputado federal Lobbe Netto (PSDB/SP) e instituído como um projeto institucional da Câmara dos Deputados por meio da Resolução nº 12/2003.

Apesar de alterações pontuais de procedimentos, seja na seleção ou nas atividades didáticas e de simulação, o PJB tem mantido uma constância de seus procedimentos e conteúdos, o que facilita uma análise histórica dos seus impactos. Desde que foi criado, o PJB já realizou 13 edições (2004 a 2016). A seleção dos jovens parlamentares é realizada por meio de um concurso nacional de redação de projetos de lei. Para a realização da seleção, a Câmara conta

com a parceria do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), que realiza a divulgação do processo seletivo e a coordenação da participação das secretarias.

O projeto custeia todos os gastos necessários à participação do jovem parlamentar. Durante o período da vivência, praticamente a metade do tempo é dedicada ao aprendizado sobre o funcionamento do processo legislativo, sobre o trabalho nas comissões permanentes, além de noções sobre a elaboração do orçamento público, por exemplo. Esse conjunto de procedimentos típicos do processo legislativo que são predefinidos pelo Regimento Interno do PJB, oferece diversas oportunidades de atividades correlatas à desenvolvida pelos Deputados Federais como: articulação para formação de chapas eleitorais, elaboração e realização de pronunciamentos, votação em eleições internas, relatoria de projetos de lei e redação de pareceres, defesa oral de sua proposição, deliberação de projetos e decisão colegiada sobre a pauta de votação final, entre outras. Assim, de forma geral, a metodologia do projeto se caracteriza pelo foco no protagonismo do jovem nas atividades típicas do processo legislativo.

O método de simulação parlamentar implantado no PJB segue, em termos, o modelo anteriormente iniciado na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul que realiza, desde 1999, o projeto *Deputado por um dia*. O Parlamento Jovem Paulista da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo tem formato semelhante e foi iniciado no mesmo ano. Nesse ínterim, diversas iniciativas semelhantes já nasceram, como o Parlamento Jovem Cearense, o Parlamento Jovem Amazonense, o Parlamento Mirim do Mato Grosso, entre outros.

Com um formato diferente, em 2004, foi iniciado o Parlamento Jovem Mineiro, coordenado pela Assembleia do Estado de Minas Gerais, por meio da sua Escola do Legislativo e em parceria com a PUCMG. Desde 2010, o PJM ganhou a parceria de diversas câmaras municipais e instituições educacionais locais, criando uma extensa rede de formação política no estado. A partir de 2014, o PJM incluiu também uma etapa regional em formato de plenária, no sentido

de fortalecer a perspectiva da representação política no processo formativo. Os resultados alcançados pelo PJM têm sido objeto de estudos empíricos de pesquisadores que contribuem para a fundamentação deste trabalho.

Cosson (2009) faz uma comparação desses modelos de educação política baseando-se nas semelhanças e diferenças da proposta paulista e mineira de parlamento jovem. O autor considera os métodos de simulação parlamentar empreendidos na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo e também na Câmara dos Deputados como um modelo padrão, ou seja, aquele no qual oportunizam-se aos jovens atividades voltadas à elaboração legislativa e aos procedimentos para a aprovação de uma lei. Já a proposta do PJ Mineiro é vista como um contra-modelo, por oferecer uma forma diferente de atuação do participante.

O PJB pode ser considerado um modelo institucional de educação política, já que, mesmo favorecendo o protagonismo, organiza a participação dos parlamentares jovens nos procedimentos institucionais do processo legislativo. Cosson (2009, p.8) considera que esses dois modelos “levam os participantes a desenvolver habilidades de pesquisa, debate e negociação aplicadas à vida pública”, cumprindo assim com o que se preceitua como educação política. Outras iniciativas de parlamento jovem em câmaras de vereadores apresentam ainda outro modelo que inclui a perspectiva institucional dos procedimentos do processo legislativo e também incluem mecanismos de representação e participação durante todo um ano, “funcionando como uma casa legislativa paralela”, como na Câmara Jovem de São Domingos/SC (COSSON, 2009, p. 3) e também, mais recentemente, como implementado na Câmara Municipal de Palmeira/PR.

Apresentação e discussão dos dados

São analisados os dados de um levantamento do tipo *survey*, com questionário (anexo) aplicado *online*, no mês de novembro de 2014, para as turmas de 2004 a 2013, e com nova aplicação em novembro de 2015, para a turma da edição de 2014. Os participantes desses 11

eventos foram contatados por meio de e-mail e Facebook, quando foram convidados a preencher um questionário com questões abertas e fechadas. Do total de 837 jovens que participaram do projeto nas 11 edições mencionadas, 206 responderam o questionário, representando 24,61% do universo estudado. Ao final da coleta de dados, optou-se pela exclusão das respostas relativas aos dois anos iniciais (2004 e 2005), em vista do baixo índice de respostas, devido à dificuldade de contato com esse grupo. Dessa forma, a análise final contempla nove anos do PJB, isto é, de 2006 a 2014, com um total de informantes que corresponde a 29,17% (199 respostas) do total de egressos das edições mencionadas (682 participantes).

É oportuno ressaltar que a análise de autopercepções é muito comum nas ciências sociais, apesar de se seu caráter subjetivo. Embora seja uma medida indireta, tais estudos são importantes porque revelam a perspectiva dos atores estudados. Afinal, a análise dos fenômenos políticos, sociais e culturais passam necessariamente pelos filtros da autopercepção dos indivíduos. Assim, as avaliações subjetivas “não exprimem meras opiniões sobre o fenômeno estudado, mas teorias práticas que contribuem para uma visão coerente do mundo social” (POESCHL, RIBEIRO 2010, p.427). A autopercepção é considerada na literatura um fenômeno cognitivo dinâmico, resultante de juízos autoavaliativos (MARKUS, WURF, 1987; VAN VELSOR, TAYLOR, LESLIE, 1993). A cognição é que “permite aos indivíduos conhecerem e compreenderem o mundo” (CAETANO, 2011, p.162)

A autopercepção está diretamente relacionada com a capacidade de reflexão, descrita por Falk e Miller (1998) como o eu reflexivo. Do ponto de vista sociológico, o ato auto reflexivo se desenvolve na interação com os outros, articulando operações cognitivas, interativas e fatores contextuais (WELLS, 1978). As autopercepções estão associadas às noções de subjetividade, cognição, pensamento, consciência e senso crítico. A noção de subjetividade “tem vindo a ser associada, sobretudo pela tradição weberiana, ao sentido atribuído pelos sujeitos às suas ações e à realidade social em geral” (CAETANO, 2011, p.161). A relevância do exame das

autopercepções dos egressos do PJB se deve ao fato de possibilitar o acesso direto ao que os próprios jovens internalizaram, a partir de suas próprias avaliações. Trata-se de uma forma de valorizar suas perspectivas, a partir da experiência do PJB.

O *websurvey* foi o único meio viável de contato com os egressos de todas as edições, já que não existia um cadastro atualizado deles. Dado o tamanho reduzido da população estudada e a dificuldade de se conseguir endereços eletrônicos dos participantes das primeiras edições, foi obtida uma amostra não probabilística por conveniência. Esse formato de amostragem limita as possibilidades de análise quantitativa dos dados, bem como a definição de um intervalo de confiança e de um erro amostral, já que não se teria segurança de que esse grupo representaria adequadamente a população analisada (OLIVEIRA, 2001). Todavia, após a obtenção das respostas, algumas das características dessa amostra indicaram uma boa representatividade em relação a alguns fatores relevantes dessa população, como sexo (Tabela 1), egressos por edição do projeto (Tabela 2) e Região de moradia no país (Tabela 3).

Tabela 1 – Sexo dos informantes

Gênero	N	%
Masculino	104	52,26
Feminino	95	47,74
	199	100

Fonte: elaboração própria.

Quanto ao sexo, há praticamente uma equidade de participantes no PJB, o que também se refletiu na amostra: sexo masculino 52% (104) e o feminino 48% (95). Essa paridade ocorre, provavelmente, devido à seleção ser realizada por meio de concurso de redação de projetos de lei, com avaliação às cegas, permitindo às mulheres oportunidades iguais aos homens. São avaliadas, em duas etapas (no estado e na Câmara dos Deputados) a originalidade da proposta, a

justificativa e a relevância para a sociedade, além de considerar questões da forma textual e de linguagem.

Tabela 2 – Amostra total e amostra por edições do PJB

Edição	Amostra	% do total de respondentes	Egressos por edição - N	% do total de egressos de cada edição
2006	17	8,54%	78	21,79%
2007	29	14,57%	77	37,66%
2008	20	10,05%	78	25,64%
2009	17	8,54%	65	26,15%
2010	15	7,54%	77	19,48%
2011	20	10,05%	81	24,69%
2012	16	8,04%	70	22,85%
2013	32	16,08%	78	41,02%
2014	33	16,58%	78	42,30%
Total	199	100%	682	29,17%

Fonte: elaboração própria.

A obtenção da menor amostra por edição de 19% (2010) e maior de 42% (2014) também reforça a representatividade da amostra, o que foi possível pela exclusão dos anos de 2004 e 2005, como já citado. O PJB reúne jovens de todos os estados da Federação, com número de participantes proporcionais ao número de Deputados Federais, que, por sua vez, tem sua proporção próxima à população dos estados. No sentido de caracterizar o perfil territorial da amostra, comparam-se, a seguir, essas informações na Tabela 3.

Tabela 3 – Comparação da amostra dos egressos e população das regiões

Região	Respondentes por Região	Proporção de respondentes por Região em relação à amostra total %	Total da população de egressos por Região	Proporção da população de egressos de cada região pela população total %
Norte	18	9,04	80	11,73
Sudeste	79	39,68	237	34,75

Centro-Oeste	21	10,55	52	7,62
Nordeste	50	25,12	206	30,20
Sul	31	15,57	107	15,68
Total	199	100	682	100

Fonte: elaboração própria.

A comparação da amostra obtida de 199 egressos reuniu proporção idêntica para a região Sul, teve leve sobrerepresentação para os egressos da região Sudeste e Centro-Oeste e baixa subrepresentação nas amostras do Norte e Nordeste. Essa diferença pode ter sido causada pela técnica utilizada e pela dependência de acesso à internet e a computadores para a resposta ao questionário.

A falta de informações pregressas desse público, do perfil socioeconômico e do comportamento político anterior ao PJB impossibilitaram a definição de um desenho de pesquisa com técnicas de amostragem probabilística, o que daria maior segurança para uma análise quantitativa desses dados. Contudo, dadas as características listadas da amostra obtida, consideram-se os respondentes com adequada representatividade da população para os objetivos desta pesquisa. Dessa forma, este estudo apresenta análises quantitativas inferenciais utilizando-se de técnicas estatísticas não paramétricas.

A inferência estatística é definida por Siegel (1975, p. 1) como “deduzir como consequência, conclusão ou probabilidade”, no sentido de se “tirar conclusões sobre um grande número de eventos com base na observação de apenas uma parte deles”. O mesmo autor aponta que as técnicas não paramétricas são adaptáveis aos dados das ciências do comportamento, já que essa ciência normalmente utiliza dados que não são exatos do ponto de vista numérico, utilizando-se postos, ou números de ordem (SIEGEL, 1975). Já que as variáveis analisadas neste estudo, como confiança política, atividades de engajamento cívico e de participação política são dados categoriais, com escala nominal ou ordinal, as técnicas não paramétricas são adequadas, conforme será apresentado a seguir.

Confiança política no Poder Legislativo

Sobre essa temática, duas questões foram apresentadas aos egressos: Antes de participar do PJB, qual era o seu nível de confiança no Poder Legislativo? A questão seguinte trouxe a mesma questão e itens, porém solicitou-se a consideração do nível de confiança após o PJB, no mesmo questionário. As alternativas apresentadas têm a seguinte escala ordinal: nenhuma confiança, quase nenhuma confiança, alguma confiança e muita confiança. Nessa análise optou-se pela verificação da diferença das respostas nessas duas escalas, formando-se uma nova escala com sete níveis possíveis, sendo três negativos, zero e outros três positivos.

Utilizando-se do teste de hipóteses não paramétrico Kruskal-Wallis⁸, que realiza a comparação de três ou mais médias (SIEGEL, 1975), foram verificadas hipóteses acerca dessa temática considerando-se, separadamente, as variáveis de perfil: tempo decorrido da participação no PJB (três grupos; 1 ano, 2 a 4 anos e 5 a 8 anos), nível de formação educacional completo ou em curso (ensino médio ou técnico, graduação e pós-graduação) e quanto às cinco regiões do país. Para a variável sexo (masculino e feminino) e tipo de cidade (capital ou interior) foi utilizado o teste não paramétrico Mann-Whitney que é adequado para a comparação de médias de duas amostras (SIEGEL, 1975).⁹ A comparação das respostas é possível pela transposição da escala ordinal para uma escala numérica, o que é suportado pelas técnicas não paramétricas selecionadas.

8 Trata-se de um teste utilizado para comparar três ou mais segmentos estudados, com o propósito de facilitar a comparação entre elas. É análogo ao teste F utilizado na Anova (Siegel, 1975). Optamos por esse teste devido à sua utilidade para avaliar as percepções dos egressos do PJB de forma comparativa entre as amostras de cada edição do PJB.

9 O teste é usado para analisar amostras compostas por dois segmentos, a fim de avaliar se há semelhanças ou diferenças entre eles (Siegel, 1975). No caso em estudo, o objetivo é comparar as variáveis sexo (masculino x feminino) e local de residência (capital x cidade do interior do estado).

Tabela 4 – Nível descritivo (*p-value*) para a variação da confiança política no Poder**Legislativo**

Tempo	Sexo	Educação	Tipo de cidade	Região do País
0,6408	0,0959	0,6342	0,2797	0,9177

Fonte: elaboração própria.

A interpretação do nível descritivo desse teste se faz pela propostação de hipóteses acerca da comparação das médias analisadas. Para efeito explicativo, descreve-se, a seguir, o teste de hipótese para a variável “tempo decorrido” da Tabela 4 e que serve como referência para a leitura das demais variáveis de perfil, bem como para a Tabela 5:

- Hipótese nula: Não há diferença entre as médias da variação da confiança no Poder Legislativo dos três grupos organizados pelo tempo decorrido da participação no PJB.
- Hipótese alternativa: Ao menos uma das médias dos três grupos é diferente.

Numa escala de 0 a 1, com o *p-value* = 0,6408 relativo ao tempo decorrido da participação e resposta à pesquisa, não se pode rejeitar a hipótese nula, ou seja, as médias desses três grupos não diferem entre si, com um intervalo de confiança de 95%. Assim, pode-se concluir que a percepção da variação da confiança institucional no Poder Legislativo, como efeito do PJB, é duradoura. A interpretação dos demais resultados é a mesma, já que nenhum dos níveis descritivos indicou uma diferença significativa na comparação das médias. Contudo, o fator sexo apresentou o menor valor de nível descritivo (0,0959, como exposto na Tabela 4). Os dados mostram que 20% das mulheres subiram dois níveis na escala, ao passo que, entre os homens, 41% não variaram e 44% subiram apenas um nível na escala. Entretanto, pelo intervalo de confiança utilizado nesse teste (95%), não se pode concluir que haja uma diferença significativa nas médias apuradas.

A variação positiva da confiança política no Poder Legislativo se apresenta de forma duradoura entre os egressos, bem como não

apresenta diferença significativa para as variáveis sociais analisadas. Os resultados gerais apresentam uma variação positiva da confiança no Poder Legislativo, pois para 58% da amostra houve uma variação positiva de ao menos um ponto na escala e, em contraponto, 35% relataram que o nível de confiança não se alterou. Pode-se afirmar, assim, que se amplia a credibilidade pública e a reputação do Poder Legislativo perante esse público, conforme preceitos de Giddens (1990). Esse processo de educação política gera efeitos cognitivos em relação a essa instituição, alterando-se um quadro de ampla desconfiança entre os jovens, medido por Abramo e Branco (2005).

Confiança nos partidos políticos

A pergunta sobre confiança política realizada para o item foi repetida para os “partidos políticos”, utilizando-se da mesma escala. Para esta variável, também foi utilizada a diferença das escalas de antes e depois do PJB. A Tabela 5 expõe os resultados dos testes estatísticos relativos à variação da confiança nos partidos, com maior destaque para as variáveis tipo de cidade, região geográfica e sexo.

Tabela 5 – Nível descritivo (*p-value*) para a variação da confiança política nos partidos políticos

Tempo	Sexo	Educação	Tipo de cidade	Região do País
0,9993	0,3252	0,6082	0,3058	0,3212

Fonte: elaboração própria.

Conforme verifica-se na Tabela 5, e de forma semelhante ao que foi observado para a confiança no Poder Legislativo (Tabela 4), os testes estatísticos não revelam diferença significativa entre as médias da variação da confiança nos partidos políticos entre os diferentes perfis dos egressos. A confiança nos partidos políticos teve menor impacto do que o verificado para o Poder Legislativo. Do total da amostra, 35% indicaram variação positiva, para 40%

não houve alteração e outros 26% relataram uma variação negativa da confiança nos partidos. Ressalta-se que o PJB não abordava essa temática nos seus conteúdos do processo de simulação até a edição de 2015, já na edição de 2016 incluiu a formação de partidos políticos pelos parlamentares jovens durante a simulação, como forma de problematizar essa questão. O processo de envelhecimento dos partidos políticos somado à fragmentação partidária gerada pela proliferação de legendas (35 em 2016) e à baixa fidelidade partidária contribuem para que a expectativa da atuação dos partidos políticos, acerca dos seus interesses e preferências, seja baixa ou até mesmo negativa.

Constatação semelhante quanto à variação da confiança é feita quanto aos efeitos do Parlamento Jovem Mineiro, em pesquisa realizada por Fuks (2014). O ganho de conhecimento e atitudinal dos egressos desse programa também se relacionam aos conteúdos e às experiências institucionais oportunizadas. Assim, esses fatores são verificados em maior grau nos objetos próximos da experiência socializadora da ALMG, como por exemplo o conhecimento de deputados estaduais, a confiança em relação à Assembleia e também nas Câmaras de Vereadores¹⁰, em contraponto a outras instituições, como o Congresso Nacional, e a informações sobre os partidos políticos, que são ausentes do conteúdo do programa (FUKS, 2014).

A Tabela 6 expõe os resultados referentes à média centesimal da confiança dos egressos no Poder Legislativo e nos partidos antes e depois do PJB.

Tabela 6 – Média centesimal da confiança institucional dos egressos

Confiança	Antes	Depois
No Poder Legislativo	48,57%	70,85%
Nos partidos políticos	39,52%	55,10%

Fonte: elaboração própria.

10 O programa é desenvolvido localmente com etapa final em formato de plenária na sede da ALMG.

É oportuno registrar que, apesar das diferenças metodológicas de aplicação da pesquisa e da abrangência de idade do ICS, pode-se verificar que há uma variação importante no nível de confiança em duas instituições fundantes da democracia representativa, mas ainda persiste certa desconfiança em relação aos partidos políticos. Ao ser comparado esse resultado com os dados da pesquisa nacional de Abramo e Branco (2005), na qual 32% dos jovens afirmaram “confiar até certo ponto” em partidos políticos e nos deputados e senadores do Congresso Nacional, e outros 65% e 64%, respectivamente, disseram “não confiar”, fica claro um distanciamento entre o perfil geral dos jovens e os egressos do PJB. Numa escala centesimal, esses dados da Pesquisa Nacional de Juventude (ABRAMO; BRANCO, 2005), os partidos políticos e deputados e senadores do Congresso Nacional obteriam apenas 19 pontos, aproximadamente, número muito próximo da pontuação apresentada no ICS, apesar de diferenças do público e no método de aferição.

É necessário ponderar a análise dessa variação da confiança política entre os egressos, dada a multiplicidade de fatores da socialização política que podem influenciar na formação dessa percepção subjetiva acerca das instituições aqui analisadas. Na revisão de literatura, foi indicada, entre esses fatores, a realidade política mediatisada com viés negativo, porém também há de se considerarem outras variáveis aqui não estudadas, como as orientações cognitivas do ambiente familiar, o contexto educacional e de classe social dos egressos, além de questões motivacionais específicas das diferentes fases da vida desses cidadãos. Como analisam-se aqui resultados de um projeto de educação política que envolve uma aproximação física dos jovens com a Câmara dos Deputados, com parte do seu corpo de servidores deve-se levar em consideração que o resultado dessa análise pode ser influenciado pelas emoções que esses relacionamentos interpessoais suscitam.

Apesar da existência de variáveis ausentes na pesquisa que podem atuar como catalizadores da confiança institucional em relação às variáveis estudadas, entre elas; sexo, tipo de cidade, formação educacional e tempo decorrido da participação no PJB, não se

verifica uma diferença significativa estatisticamente, o que leva à conclusão que os efeitos comportamentais, em um dos aspectos de interesse da cultura política não são efêmeros e independem do perfil dos jovens participantes. A análise qualitativa dos depoimentos dos egressos também contribui para essa constatação, ao apresentar uma relevante ampliação do interesse pela política, o maior acompanhamento da agenda do Poder Legislativo e uma maior criticidade a partir da reconsideração de estereótipos acerca desse campo. Eis alguns trechos dos depoimentos:

- **Meu interesse sobre o legislativo aumentou e passei a acompanhar a agenda e atividade da casa e dos parlamentares do meu estado e os mais relevantes a nível nacional (C3, 24 anos, masculino, capital/GO).**
- Após o PJB procurei me informar mais sobre política em geral. Conhecer assuntos mais detalhadamente e estar sempre ampliando meu conhecimento (C23, 26 anos, masculino, capital/MG).
- Estou mais interessada por temas que envolvam políticas, sobre os atuais representantes nas bancadas e os futuros representantes (C26, 25 anos, feminino, interior/GO).
- **Atualmente, pesquiso mais sobre as notícias sobre o Congresso Nacional e tento debater com meus amigos (C139, 17 anos, masculino, interior/MG).**
- Antes do PJB eu não tinha interesse algum por política e nem vontade de aprender, mas após o PJB isso mudou (C158, 18 anos, masculino, capital/AC).

Engajamento cívico

Utilizando-se como referência a tipologia de Ekman e Amnå (2012), foram selecionadas as seguintes variáveis de comportamento para a caracterização do engajamento cívico: participação em Ongs e/ou atividades filantrópicas, associações comunitárias de bairro e/ou movimento estudantil. Essa variável foi construída considerando-se a atuação apenas após o PJB, o que representa 67% (134) de toda a amostra (199). A variável “participação em reuniões

e ações coletivas de igrejas”, presente no *survey*, não foi considerada como engajamento cívico, tendo como base a tipologia selecionada. Com esse mesmo critério, a participação em sindicatos foi utilizada para a caracterização da participação política formal.

Para a compreensão de quais variáveis de perfil e de influências do PJB podem estar associadas ao engajamento cívico, optou-se pela utilização da Regressão Logística Múltipla (*Multiple Logistic Regression*). Essa técnica de análise de dados é adequada para o estudo de uma variável dependente categórica, no caso, a presença ou não do engajamento cívico, que pode ser analisada juntamente a uma ou mais variáveis independentes categóricas e uma ou mais variáveis independentes ordinais (INTRODUCTION..., 2016)¹¹. A Tabela 7 mostra os resultados da regressão.

Tabela 7 – Variável resposta – Engajamento cívico pós-PJB

	Nível descritivo (<i>p-value</i>) para a regressão logística múltipla		
	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3
Sexo masculino	0,10267	0,1095	0,10608
Tempo (1 ano após o PJB)		0,9054	
Tempo (2 a 4 anos após o PJB)	0,03045 *	0,0167 *	0,03449 *
Tempo (5 a 8 anos após o PJB)	0,93774		0,95869
Educação (médio ou técnico)		0,0110 *	
Educação (graduação)	0,30124	0,0220 *	0,30630
Educação (pós-graduação)	0,01152 *		0,01456 *
Cidade - capital	0,44444		
Confiança nos partidos políticos	0,00139 **	0,0013 **	0,00111 **
Confiança no Poder Legislativo	0,02592 *	0,0234 *	0,02986 *

11 O teste estatístico utilizado é o *logistic regression* utilizando-se do pacote do software R – Stats (função GLM - Fitting Generalized Linear Models).

Aprendizado	0,14528	0,1788	
AIC ¹²	239,79	238,38	238,17

* Estatisticamente significativo a 0,01.

**Estatisticamente significativo a 0,001.

Fonte: elaboração própria.

Os valores da Tabela 7 fazem referência ao nível descritivo (*p-value*) considerando-se um intervalo de confiança de 95%, do que decorre que valores iguais ou menores que 0,05 implicam a aceitação de que essa variável analisada auxilia na explicação da variável resposta, no caso, o engajamento cívico pós-PJB. A seleção das variáveis do estudo deu-se pelo objetivo da pesquisa, que busca entender as influências do PJB no engajamento e na participação política dos egressos, mas também pela exclusão de variáveis que não apresentaram qualquer correlação significativa quando testadas em modelos mais amplos.

Com os dados da regressão verifica-se que o crescimento do nível de formação educacional dos egressos contribui para o engajamento cívico de forma significativa, conforme mostrado nos três modelos. A técnica utilizada não permite o cálculo do nível descritivo (*p-value*) concomitantemente para os três níveis de formação, porém os dados descritivos reforçam essa ampliação da atuação cívica: nível médio e técnico (56%), graduação (68%) e pós-graduação (89%). Outro fato relevante deste *survey* é a maior participação de graduandos e graduados das ciências humanas, em comparação a áreas biológicas e de exatas. Essa mesma constatação é apresentada por Hillygus (2005) ao indicar a importância da educação de nível superior para o comportamento político mais participativo, além da percepção de que os conteúdos a que os educandos se submetem também influenciam no comportamento, já que os educandos das ciências humanas são mais propensos, num longo prazo, a participar de ações comunitárias, votar e discutir

12 Função genérica de cálculo: Akaike's 'An Information Criterion'. Quanto menor o valor, mais adequado é o modelo para explicação da variável resposta (SAKAMOTO, ISHIGURO, KITAGAWA, 1986).

sobre política. Apesar de não ter sido incluído neste estudo, o nível educacional dos pais também tem efeito direto na educação formal dos filhos, além do comportamento político dos pais, que também podem oferecer um ambiente mais favorável ao desenvolvimento de competências cívicas, conforme verificado em estudos empíricos por Verba, Burns e Scholzman (2003).

De forma semelhante ao nível de formação, o tempo decorrido da participação no PJB apresentou associação significativa com a variável resposta – engajamento cívico, com ênfase para o grupo que participou do PJB de 2 a 4 anos, que teve 78% de manifestação da atuação cívica contra 58% daqueles que haviam passado pelo PJB há apenas um ano.

Ainda conforme a Tabela 7, a variável sexo não apresentou significância estatística para a compreensão do engajamento cívico, pois tem um nível descritivo baixo, devido à maior participação masculina nos quesitos estudados, o que também se observa na participação política formal. A análise da variável sexo demonstra que o espaço onde se realizam atividades cívicas, como em ONGs, associações de bairro e, principalmente, no ambiente da coletividade estudantil, é importante para a maior participação feminina, provavelmente por oferecer maior igualdade de oportunidades de atuação a elas, diferentemente do que ocorre no âmbito partidário, mais dominado pelos homens. Essa diferença da participação política masculina e feminina também é reforçada pela relevante discrepância na atuação política formal, conforme será apresentado no próximo item.

A variação da confiança no Poder Legislativo e nos partidos políticos, segundo a autopercepção dos jovens, apresentou correlação significativa com a variável resposta em todos os modelos testados. Quando excluída uma dessas variáveis independentes, é enfraquecido o poder explicativo representado pelo crescimento do AIC. Essa correlação entre confiança e engajamento cívico se aproxima do que Moisés e Carneiro (2008) concluem acerca da apatia e impotência política, enquanto associadas com a desconfiança nas instituições políticas, já que se verifica que os egressos do

PJB que tiveram maior variação positiva da confiança política no Poder Legislativo e nos partidos políticos também se engajam mais em ações cívicas. Essa observação vai na mesma linha da defesa de Baquero acerca da necessidade de ampliação da distribuição de recursos, não apenas materiais, mas também simbólicos, para disseminar uma ação política que transcendia o individualismo, reforçando-se a reciprocidade e a cooperação coletiva como ingredientes de uma democracia social participacionista (2003, p. 134). O conceito de republicanismo cívico de Crick (2007) segue na mesma direção ao incluir a importância da participação popular para a formação de uma sociedade civil organizada entre o Estado e os cidadãos ao enfatizar a educação política como um dos meios para a formação do cidadão ativo e participante da vida pública.

Participação política formal

A participação política formal dos egressos foi verificada por meio de quatro tipos de atividades ou envolvimento em instituições, classificadas por Ekman e Amnå (2012) como participação política manifesta: sindicatos, filiação partidária, militância política e participação em campanhas eleitorais. Ao todo, foram classificados nesta análise 50% (99) de todos os egressos. A categorização considerou apenas a participação pós-PJB. Os resultados constam na Tabela 8.

Tabela 8 – Variável resposta – Participação política formal pós-PJB

Nível descritivo (p-value) para a regressão logística múltipla

	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3
Sexo Masculino	2,06e-05 ***	2,01e-05 ***	2,41e-05 ***
Tempo (2 a 4 anos após o PJB)	0,07342	0,04923 *	0,05152
Tempo (5 a 8 anos após o PJB)	0,00291 **	0,00142 **	0,00124 **
Educação (graduação)	0,70500		
Educação (pós-graduação)	0,65505		

Movimento estudantil (antes ou após o PJB)	1,13e-05 ***	1,40e-05 ***	2,02e-05 ***
Aprendizado	0,10091	0,07564	0,03347 *
Confiança nos partidos políticos	0,26652	0,27908	
AIC	231,66	228,38	227,57

(“.”) Estatisticamente significativo a 0,05.

*Estatisticamente significativo a 0,01.

**Estatisticamente significativo a 0,001.

***Estatisticamente significativo a 0.

Fonte: elaboração própria.

Conforme apresentado na Tabela 8, a variável sexo interfere diretamente na participação política formal. Os percentuais identificados também reforçam essa conclusão, já que, entre os homens 66% apontaram algum tipo de participação, contra 39% das mulheres. Essa constatação é reforçada por estudos empíricos de Norris e Krook (2009), que identificam desigualdade na participação política das mulheres entre latinos, afroamericanos e brancos nos Estados Unidos da América, em dados de 1990. No Brasil, Sachet (2009) indica essa desigualdade pela baixa representatividade feminina no Congresso Nacional e em cargos públicos, em contraste a uma maioria sensível desse gênero nos movimentos sociais.

O tempo decorrido da participação apresenta-se como relevante fator para a participação, acompanhando o que Okado (2013) apresenta como “efeito curvilíneo”, que representaria um processo de amadurecimento durante a juventude e a ampliação das relações sociais na fase adulta, o que levaria a mais oportunidades de participação e ao maior interesse pela política. Diferentemente do engajamento cívico, a participação política formal não apresenta associação significativa com o nível de formação educacional nem em relação à variação da confiança nos partidos políticos. Os egressos que participaram de movimento estudantil têm maior probabilidade de também atuarem formalmente na política. Moreno e Almeida (2009) ressaltam a relevância das próprias instituições ou movimentos sociais organizados como agências de socialização.

Trata-se, pois, de um processo pelo qual os jovens militantes são orientados e preparados para participarem do movimento. Ao longo dessa preparação, os jovens passam a inculcar novas visões e representações, além de adquirir novos repertórios de reflexão e de ação e exercer novos papéis, o que implica o ajuste, redefinição ou perda de outros papéis mais antigos que passaram a não fazer mais parte desse novo universo no qual os jovens passam a transitar. Nessa mesma perspectiva de análise, o movimento estudantil “desempenha uma função na socialização, porque a interação em associações voluntárias e as experiências de cooperação socializam os membros para a democracia e ampliam as redes de parcerias”. Em outras palavras, “as associações funcionam como escolas para se aprender democracia” (NAZZARI, 2005, p.148-149).

O modelo 3 da Tabela 8, que apresentou a melhor adequação para a explicação do comportamento político dos egressos, retrata o nível de aprendizado no PJB como quesito que contribui para a compreensão da variável resposta. Essa constatação reforça a posição de Finkel (2003) de que a qualidade do processo formativo e estratégias de exercício de processos decisórios em programas de educação política podem resultar na ampliação da mobilização política.

Ao analisar o comportamento político de egressos do Parlamento Jovem Mineiro, Fuks (2014) aponta a possibilidade da existência de efeitos tardios quanto à participação política, o que também é verificado nessa análise da participação política formal dos egressos. A significância estatística da variável tempo demonstra que os efeitos no comportamento político relacionam-se ao acúmulo de recursos materiais e cognitivos, além de vínculos sociais, favorecendo-se a participação, conforme apontado por Okado (2013). Os dados descritivos da participação política formal pelo tempo decorrido da participação no PJB ajudam a ilustrar essas considerações: 1 ano (35%), 2 a 4 anos (51%) e 5 a 8 anos (60%). Importante lembrar que a faixa etária dos respondentes do *survey* é de 17 a 29 anos de idade.

Apesar de constatações que indicam a relevância do PJB como processo catalizador de mudanças comportamentais no engajamento

cívico e na participação política dos egressos, deve-se também ponderar essa análise com um teste estatístico que demonstra uma forte correlação positiva da participação em movimentos estudantis anteriormente ao PJB. Assim, pressupõe-se que motivações dos jovens quando chegam ao PJB também podem influenciar, de forma relevante, esse comportamento analisado. Nesse contexto, a predominância masculina na atuação política formal também é verificada, conforme demonstrado na Tabela 9.

Tabela 9 – Nível descritivo (*p-value*) para a regressão logística múltipla

Variável resposta – participação política formal pós-PJB	
Modelo 1	
Sexo masculino	0,021587 *
Movimento Estudantil (antes do PJB)	0,000144 ***

*Estatisticamente significativo a 0,01.

***Estatisticamente significativo a 0.

Fonte: elaboração própria.

Engajamento cívico e participação política formal por sexo

Ao analisar um possível efeito do PJB, em termos quantitativos, no comportamento de homens e mulheres, deve-se levar em conta o perfil diferenciado dos jovens que se inscrevem e que são selecionados para o projeto. Como apresentado anteriormente, a participação em movimento estudantil tem forte relação com o engajamento político formal e, ao verificarmos o engajamento feminino na política estudantil, em termos descritivos, elas possuem maior participação anterior ao PJB, 55%, contra 48% do público masculino. Quando quantificada a participação no movimento estudantil após o PJB, excluindo-se esse grupo citado, a ativação desse comportamento é verificada em 53% das mulheres e em 69% dos homens, tendo-se como referência o quantitativo de jovens que não haviam participado do movimento estudantil antes do PJB.

Considerando-se conjuntamente o maior quantitativo de mulheres que já atuavam na política estudantil e este percentual de ativação elencado, reforça-se a análise inferencial do engajamento cívico, em que não são identificadas diferenças significativas entre os sexos. Sobre essa temática, estudo nacional elaborado por Sacchet (2009, p. 324)¹³ indica que homens e mulheres tendem a participar de associações de cunho distinto.

Os homens participam mais em associações ligadas à esfera pública, como por exemplo, aquelas relacionadas ao mundo da política, do trabalho e do lazer, enquanto as mulheres participam mais em associações que lidam com assuntos relacionados à família e à comunidade. (...) Os homens, por outro lado, associam-se mais em grupos ligados à esfera pública, os quais auxiliam na formação de redes interpessoais mais heterogêneas, que criam incentivos políticos e geram recursos político e financeiro.

Levando-se em consideração esses estudos que apontam diferença na participação política formal entre homens e mulheres, adentra-se nessa análise a partir dos dados desta pesquisa. O instrumento utilizado previu respostas sobre atividades políticas formais, anteriormente ao PJB, após, com possível interrupção, e atualmente (Apêndice). Considerando-se apenas as três atividades analisadas que envolvem diretamente os partidos políticos, a Tabela 10 apresenta o percentual de homens e mulheres que já haviam participado de ações partidárias (% antes) e porcentagem de egressos que se envolveram apenas após o PJB (% após), nesse último cálculo exclui-se o primeiro grupo já ativo antes do projeto.

13 O estudo se baseia em dados do survey nacional “A Desconfiança dos Cidadãos das Instituições Democráticas”, realizado pelo NUPPS/USP e CESOP/UNICAMP, em junho de 2006, com 2004 eleitores brasileiros.

Tabela 10 – Atividades partidárias antes e após o PJB por sexo

	Masculino		Feminino	
	% antes	% após	% antes	% após
Filiação partidária	12%	31%	6%	12%
Militância política	13%	38%	6%	20%
Campanhas eleitorais	26%	48%	15%	27%

Fonte: elaboração própria.

Um percentual relevante de jovens egressas do PJB envolveu-se em atividades partidárias após a experiência, porém sempre em número inferior ao verificado entre os homens. Em termos de aprendizado sobre temáticas como “a relação entre o Legislativo e o Executivo”, ‘o papel dos partidos políticos no Congresso Nacional, entre outros quatro elencados, a média do nível de apreensão é praticamente idêntica, numa escala de 0 a 10, mulheres - 7,98 e homens - 8,02. Como analisado anteriormente, a confiança política no Poder Legislativo e nos partidos políticos varia de forma semelhante entre esses grupos. Apesar desses efeitos cognitivos serem próximos, em termos motivacionais a diferença é relevante. Foi oferecida uma escala de quatro níveis de motivação para o envolvimento na política formal via partidos políticos e se posicionaram nos dois níveis mais altos 67% dos egressos, enquanto que apenas 41% das egressas. Resultado na mesma direção é verificado na pergunta sobre o estímulo à candidatura pelo PJB, para a qual 25% das mulheres responderam sim, contra 75% dos homens.

Assim, pode-se considerar que, apesar de influências equânimes do PJB na cultura cívica, representada pela confiança política, os impactos do projeto são também “mediados pela motivação política” (FUKS, 2014), o que pode estar relacionado à desigualdade da participação política formal entre os sexos. Apesar da diferença no total de homens participando de atividades partidárias antes e após o PJB, é importante ressaltar um crescimento significativo da atuação feminina posteriormente ao projeto. Menos egressas se envolvem em atividades partidárias em relação aos egressos, porém

a ativação desse comportamento ocorre em proporção idêntica entre os sexos, conforme apresentado na Tabela 10, o que leva a crer que as influências na participação política formal podem ser próximos para homens e mulheres, acompanhando a paridade dos efeitos no aprendizado e na confiança política em relação aos partidos políticos e ao Poder Legislativo.

Participação política pré e pós-PJB

Nos itens anteriores, foram analisados o engajamento cívico e a participação política formal dos egressos, com foco no comportamento político após a experiência de simulação parlamentar. Esse item busca detalhar essa análise, oferecendo um retrato descritivo dos dados levantados, incluindo o comportamento anterior ao projeto. Foram selecionadas as questões do *survey* que mais se aproximavam da tipologia de referência. A atenção e o interesse pela política foram caracterizados pela questão: “Hábito de conversar com amigos e familiares sobre política?” O quesito engajamento cívico reuniu as variáveis já analisadas na Tabela 7 (ONGs, associações de bairro e movimento estudantil). A participação política formal aqui foi medida de forma correlata ao demonstrado na Tabela 8 (sindicatos, filiação partidária, militância política ou participação em campanhas eleitorais). A participação política manifesta, porém não institucional, denominada como ativismo, foi identificada a partir das seguintes questões: participação em manifestações ou protestos de rua, compartilhamento de opiniões sobre política em redes sociais ou pela elaboração de abaixo-assinados, petições ou manifestos. O ativismo por meio de ações ilegais, presente na tipologia, não foi incluído no *survey*. Os dados sobre participação política latente e manifesta estão expostos na Tabela 11.

Tabela 11 – Contagem de respostas e percentual pela tipologia de engajamento cívico e participação política

	Participação política latente			Participação política manifesta				
	Envolvimento social (atenção/interesse)	Engajamento Cívico (ação)	Participação política formal	Ativismo (partici- pação política não institucional e legal)				
Antes do PJB	66	33%	135	68%	55	28%	114	57%
Após o PJB	171	86%	134	67%	99	50%	163	82%

Fonte: elaboração própria.

Esses dados apontam para uma ampliação relevante do interesse pela política, aqui representada pelo hábito de conversar sobre política. Em termos de engajamento cívico, não há praticamente nenhuma diferença em relação ao antes e depois, o que deve ser ponderado pelo fato de a participação em movimento estudantil ser um comportamento já praticado por 51% dos ingressantes no projeto.

Essa contagem mostra uma ampliação relevante de egressos que tiveram alguma atuação política formal. Entre os 99 (50%) egressos aqui indicados, 63 (32%) estão ou foram filiados a algum partido ou atuaram na militância partidária, o que reforça, mais uma vez, a possibilidade de que o PJB atraia jovens com perfil diferenciado em termos de politização e também que o projeto possa ter um efeito importante na ampliação da atuação dos egressos na política formal. Esse tipo de iniciativa voltada à formação política poderia, a partir dessa análise, minorar a desinstitucionalização da ação política como expressão da “rejeição dos modelos de funcionamento do sistema democrático” (AUGUSTO, 2008, p.162).

O ativismo político pode estar sendo reforçado pelo PJB, haja vista a ampliação da atuação dos egressos nessas ações legais de participação política não institucional. O número de jovens que passaram a ter o hábito de compartilhar opiniões sobre política nas redes sociais, por exemplo, mais que dobrou, passando de 59 (30%),

antes do PJB, para 136 (68%) após a participação.¹⁴ Essa atuação expressiva dos egressos em ações de ativismo, mesmo anterior ao PJB, contrasta com o pequeno número de jovens que afirmaram já ter o hábito de conversar sobre política antes da experiência, 66 (33%), o que pode ser considerado contraditório, mas que também é verificado por Castro (2008) ao afirmar que o sentido político das ações nem sempre aparece de forma ostensiva. A participação em protestos e manifestações de rua, aqui caracterizadas como participação política manifesta e ativismo político, amplia-se de 76 (38%) para 96 (48%) após a participação no PJB. Um crescimento sensível também é verificado na atividade de elaboração ou assinatura de petições e abaixo-assinados, passando de 86 (43%) para 122 (61%). Um fator que explica a elevada adesão de jovens a protestos e manifestações é efeito denominado contágio comportamental, resultado da influência de uns sobre os demais, ocasionando amplas manifestações coletivas de adesão aos mesmos comportamentos e atitudes. Os protestos e manifestações atraem os jovens porque são movimentos “que se formaram e que funcionam de maneira apartidária, mantendo autonomia e independência em relação a governos. São movimentos horizontais, que recusam a ideia da concentração da representação em uma liderança individual” (NOBRE, 2013, p.4).

Conclusões

A análise da autopercepção dos jovens mostra que o processo de educação política do Parlamento Jovem Brasileiro gera impactos no comportamento político dos egressos no que diz respeito a diferentes aspectos. Quanto à cultura cívica, a ampliação da confiança no Poder Legislativo é relevante e demonstra-se duradoura no tempo e de forma semelhante entre os diversos perfis sociais dos egressos. Em menor grau, porém, mas com a mesma abrangência entre os perfis, apresenta-se uma variação positiva na confiança

¹⁴ Apesar dos dados, convém relativizar influência do PJB na atuação dos jovens nas redes sociais, posto que esse fenômeno sofre outras interferências, como a idade e o contexto eleitoral. Assim, os egressos do PJB há mais tempo já estão na fase adulta, com mais responsabilidades e menos tempo disponível para o ativismo. Além disso, a polarização política do contexto mais recente pode ter estimulado os egressos dos últimos anos a se engajarem nas mídias sociais.

em relação aos partidos políticos. Destaca-se o aumento do interesse dos jovens pelo universo da política, como fruto do aprendizado proporcionado pelo PJB. De modo geral, esse maior esclarecimento e interesse quanto à política também é verificado por outros pesquisadores em estudos acerca de programas de educação política (CARVALHO, 2009; FUKS, 2014; FUKS; BATISTA, 2011; FUKS; CASALECCHI, 2012; GONÇALVES; CASALECCHI, 2013; ODDONE, 2015; ROCHA, 2016).

A participação dos jovens no PJB se reveste de um valor simbólico e gera uma repercussão nas relações sociais do jovem, o que pode acarretar no empoderamento do participante como um representante da escola, da cidade e do seu próprio estado. Durante a busca de informações de contatos dos egressos para a realização do levantamento de dados, foram identificadas notícias em blogs e reportagens de veículos jornalísticos regionais e estaduais com entrevistas dos jovens antes ou após o projeto¹⁵. Essa repercussão também acontece no meio político municipal e estadual, com a realização de homenagens aos egressos em câmaras municipais e em assembleias legislativas estaduais. Foram também identificados três egressos eleitos para mandatos de vereador, diversas candidaturas a cargos políticos, além de nomeações para cargos de assessoramento parlamentar no nível estadual e federal, mesmo não tendo sido realizado levantamento exaustivo sobre esse tema.

A análise dos dados indica relevantes influências do PJB quanto ao comportamento político, tanto relativamente à confiança quanto ao interesse acerca da política. Fator que pode explicar essa mudança conjunta, e que se apresenta de forma expressiva nos depoimentos,

15 Exemplos da repercussão do PJB no meio político e em veículos de comunicação: <http://www.al.pb.gov.br/22596/jovens-paraiabanos-participantes-do-parlamento-jovem-brasileiro-visitam-assembleia-legislativa.html> (visita e homenagem em Assembleia Legislativa). Acesso em 30/11/2018; http://www.reginaldolopes.com.br/?pagina=integra&secao=juventude&cd_noticia=521 (visita a Gabinete e notícia em página de um Deputado Federal). Acesso em 30/11/2018; <http://canaldirec28.blogspot.com.br/2010/12/parlamento-jovem-brasileiro.html> (notícia em blog regional de educação). Acesso em 30/11/2018; <https://eleicoes.uol.com.br/2012/candidatos/2012/vereador/am/08061991-denisseneto.htm?placar-id=1302553> (candidatura a cargo político). Acesso em 30/11/2018; <https://www.jcorreiodopovo.com.br/noticia/aluna-do-floriano-e-deputada-jovem-do-parana> (notícia em jornal local). Acesso em 30/11/2018.

é a reconsideração de estereótipos negativos acerca da atividade político-partidária em geral e dos processos políticos do Poder Legislativo. São identificados sentidos de valorização da política, mas também de reconhecimento das barreiras e interesses inerentes a esse ambiente, de mecanismos institucionais para a aprovação de uma lei e dos papéis que os representantes exercem. Alguns dos relatos dos egressos sugerem que a metodologia da simulação parlamentar baseada no protagonismo pode ter importante influência na elucidação do campo político.

O crescimento da confiança política no Poder Legislativo e nos partidos políticos associa-se de forma significativa ao engajamento cívico dos egressos. Não apresentou significância estatística a diferença entre a atuação cívica de homens e mulheres, porém a maior escolarização está relacionada a esse tipo de participação política latente ou pré-política, conforme tipologia de Ekman e Amnå (2012). Nessa referência metodológica, o engajamento cívico é caracterizado como uma ação que reflete o interesse por questões sociais e pela atuação voluntária em instituições da sociedade civil, formais ou informais.

Nessa análise é constatada uma atuação significativa dos egressos em associações de bairro, ONGs e, com maior percentual, em movimentos estudantis. Ressalta-se que diversas outras variáveis não estudadas podem influir na ativação do engajamento, inclusive o perfil do ingressante levemente mais politizado do que o dos jovens em geral. Entretanto, alguns indícios dos resultados quantitativos e a expressividade dos depoimentos escritos levam à conclusão da relevância do PJB na ativação do comportamento político aqui estudado. Nesse sentido, o PJB contribui para a formação de cidadãos e cidadãs ativos e participativos na vida pública, o que Crick (2007) denomina de republicanismo cívico, e Baquero (2003), como requisito para uma democracia social participacionista. O engajamento cívico de cidadãos em associações civis autônomas e plurais fortalece a democracia ao inserir o cidadão na esfera pública, ao oportunizar um tipo de representação na vida pública (YOUNG, 2006) e ao contribuir para a formação de um cidadão que tenha

conhecimentos e habilidades para o aperfeiçoamento das instituições democráticas (CRICK, 2007).

A participação política manifesta via partidos políticos, descrita pela filiação partidária, militância e participação em campanhas eleitorais foi identificada em praticamente metade da amostra dos egressos das edições de 2006 a 2014. Diferentemente do engajamento cívico, esse comportamento não se associa à variação da confiança política no Poder Legislativo e nos próprios partidos políticos e apresenta maior participação masculina com alta significância estatística. Outro fator que auxilia na explicação da participação política institucional é o envolvimento no movimento estudantil antes ou após o PJB. Nesse sentido, essas associações voluntárias estudantis representam experiências de socialização pelas quais ampliam-se redes de parcerias, funcionando como escolas de democracia (NAZZARI, 2005).

A atuação em ações que envolvem as legendas amplia-se com o decorrer do tempo, seguindo preceito apontado por Okado (2013) acerca das ampliações das relações sociais na fase adulta, o que levaria a mais oportunidades de participação e maior interesse pela política. Contudo, o nível educacional não se demonstrou relevante na explicação desse comportamento, enquanto que o nível de aprendizado manifesto pelos egressos, acerca de temáticas do âmbito do Poder Legislativo, demonstrou associação à participação política formal. Essa constatação relaciona-se às análises de efeitos de programas de educação política realizadas por Finkel (2003) nas quais são destacadas a relevância de ganhos cognitivos acerca da política para a mobilização política dos cidadãos.

Segundo a autopercepção dos egressos, o PJB também gera motivação à participação política por meio de candidaturas a cargos políticos, conforme apontado por 41% dos egressos. Outro dado relevante sobre a atitude dos egressos em relação à política institucional é que 23% apontam estar ‘totalmente motivados’ para o envolvimento partidário e outros 32% afirmam que ‘pensam seriamente’ em participar formalmente da política por meio de siglas partidárias. Pode-se considerar, assim, que o PJB realiza uma

aproximação dos jovens também ao ambiente partidário, apesar de não utilizar, até a última edição analisada (2014), conteúdos nem práticas sobre essa temática.

Na amostra de nove edições analisada, cerca de 10% dos ingressantes no PJB já contam com pré-filiação, com 16 ou 17 anos, ou mesmo filiados, a partir dos 18 anos. O envolvimento formal em partidos políticos por meio de filiação partidária atinge outros 10% até a data da resposta à pesquisa. A relevância desse comportamento político manifesto no meio institucional está na possibilidade de reversão da desinstitucionalização da política como expressão da rejeição aos modelos atuais de funcionamento do sistema democrático representativo (AUGUSTO, 2008).

Outra forma de participação política manifesta, conforme tipologia de Ekman e Amnå (2012), é o ativismo político como ação direta para influenciar as relações de poder vigentes. Os dados indicam que há um crescimento significativo nesse tipo de comportamento representado por atividades de manifestações de rua e protestos, elaboração ou assinatura de abaixo-assinados e expressão de posicionamentos políticos em redes sociais, nesse último quesito crescendo de 30% para 68% da amostra. Essa maior expressividade dos egressos pode ter influência em sentimentos de maior segurança para o debate político, de tolerância às diferenças e de maior interesse e criticidade acerca das temáticas desse campo, conforme identificado na análise qualitativa dos depoimentos escritos.

Apesar da constatação de que o perfil do jovem que ingressa no PJB é mais politizado do que o do jovem médio brasileiro e das múltiplas variáveis não mensuradas que podem interferir sistematicamente no comportamento político desses cidadãos, os resultados desta pesquisa apontam para uma mudança cultural duradoura e abrangente no nível da atitude política. Essa constatação se baseia no crescimento da confiança política no Poder Legislativo e nos partidos políticos e também na motivação para a participação política formal. Ampliam-se de forma relevante o envolvimento social, caracterizado pelo interesse e motivação para o debate de questões sociais, e o engajamento cívico pelo acompanhamento

da agenda política e pela participação em associações civis. Assim, os resultados desta pesquisa conduzem à reflexão congruente com estudos empíricos de Finkel e Smith (2011), para os quais processos de educação política com métodos ativos e participativos podem fortalecer atitudes favoráveis à qualificação da democracia, reforçando-se a conclusão de que valores e comportamentos políticos podem mudar em curtos períodos de tempo.

Por fim, convém retomar as contribuições de Nogueira (2014) e Martins (1994). O primeiro autor, conforme já foi abordado anteriormente, argumenta que a política representativa tem passado por crises e transformações. Nesse contexto, a participação social é apontada como possível fator de renovação, visto que os sistemas políticos e partidários têm se mostrado pouco funcionais, fragmentados e pouco responsivos. O segundo autor, por sua vez, ressalta que as dinâmicas de mudança social e política no Brasil são lentas e sem rupturas, visto que ocorrem ao sabor dos interesses das elites conservadoras, com ampla ressonância no Congresso Nacional. O que se infere da leitura dos dois autores para o caso em estudo é que a participação dos jovens, embora seja considerada positiva, encontra obstáculos no âmbito das estruturas formais do sistema político. Isso ocorre em função da resistência das elites políticas e partidárias, que preferem manter seu domínio no processo decisório. Desse modo, embora o PJB seja uma iniciativa institucional, voltada para estimular a participação política juvenil, o caráter refratário do sistema representativo à participação em geral, conforme apontam os autores mencionados, acaba dificultando a efetividade da iniciativa em exame, o que reforça os resultados apresentados anteriormente.

Referências

- ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (Orgs.)
Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa
nacional. Instituto Cidadania e Editora Fundação Perseu
Abramo: São Paulo, 2005.

- ALMOND, Gabriel A.; VERBA, Sidney. *The civic culture: political attitudes and democracy in five nations*. Newbury Park, CA: Sage, 1989.
- AUGUSTO, Nuno Miguel. A juventude e a(s) política(s): Desinstitucionalização e individualização. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 81, p. 155-177, jun. 2008.
- BAPTISTA, Érica Anita et al. Jovens eleitores e novas tecnologias: percepções da política e participação. *Revista do Legislativo*. Belo Horizonte, v. 5, n. 1, p. 124-132, jan. 2013.
- BAQUERO, G. Democracia, cultura e comportamento político: uma análise da situação brasileira. In: PERISSINOTTO, R. M. & FUKS, M. (Org.). *Democracia: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2003.
- BARROS, Antonio Teixeira de; MARTINS, Lúcio Meireles. Juventude e comunicação política: estudo sobre os egressos do Parlamento Jovem Brasileiro. In: XVII CONGRESSO DE CIÊNCIA DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO CENTRO-OESTE, 2016, Goiânia. Anais... Goiânia: PUC, 2016. Disponível em: <http://portalintercom.org.br/anais/centrooeste2016/resumos/R51-0281-1.pdf>. Acesso em 13 nov. 2016.
- BORBA, Julian. Cultura política, ideologia e comportamento eleitoral: alguns apontamentos teóricos sobre o caso brasileiro. *Opinião Pública*, Campinas, v. 11, n. 1, p. 147-168, mar. 2005
- BRAGA, Maria do Socorro Sousa; PIMENTEL JUNIOR, Jairo. Os partidos políticos brasileiros realmente não importam? *Opinião Pública*, Campinas, v. 17, n. 2, p. 271-303, nov. 2011.
- CAETANO, Ana. Para uma análise sociológica da reflexividade individual. *Sociologia, Problemas e Práticas*, n. 66, p. 157-174, 2011.
- CARRANO, Paulo. A participação social e política de jovens no Brasil: considerações sobre estudos recentes. *O Social em Questão*, ano 15, n. 27, p. 83-99, 1º sem. 2012.

- CARVALHO, Alexandre Ventura Caçador. O Parlamento Jovem e a experiência das Escolas do Legislativo mineiro e da Câmara dos Deputados: o desenvolvimento da cultura cívica, propícia à democracia. 2009. 105 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) - Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor), Câmara dos Deputados, 2009.
- CASALECCHI, Gabriel Ávila. Cultura política e educação cívica: a confiança política a partir da experiência do Parlamento Jovem. Revista Brasileira de Pesquisas de Marketing, Opinião e Mídia, v. 7, p. 41-46, 2011.
- CASALECCHI, Gabriel Ávila. Quando confiar é bom? A experiência da ALMG e do Parlamento Jovem Mineiro. In: V CONGRESO LATINOAMERICANO DE LA ASOCIACIÓN MUNDIAL DE INVESTIGADORES DE OPINIÓN PÚBLICA (WAPOR), Bogotá, 19 al 21 de septiembre de 2012. Anais.... Bogotá, 2012.
- V Congreso WAPOR Latinoamérica, 2012, Bogotá. V Congreso WAPOR Latinoamérica, 2012.
- CASTRO, Lucia Rabello de. Participação política e juventude: do mal-estar à responsabilização frente ao destino comum. Revista Sociologia Política, Curitiba, v. 16, n. 30, p. 253-268. 2008.
- COSSON, Rildo. Dois modelos de parlamento jovem: uma leitura de seu funcionamento como educação política. Estudos Legislativos, v. 3, p. 34-45, 2009.
- CRICK, Bernard. Citizenship: the political and the democratic. British Journal of Educational Studies, v. 55, n. 3, p. 235–248, Sept. 2007.
- EKMAN, Joakim; AMNÅ, Erik. Political participation and civic engagement: towards a new typology. Human Affairs: postdisciplinary humanities & social sciences quarterly, Slovakia, v. 22, n. 3, p. 283-300, Jul. 2012.
- FALK, R. Frank; MILLER, Nancy B. The reflexive self: A sociological perspective. Roeper Review, v. 20, n. 3, p. 150-153, 1998.
- FINKEL, Esteven E. Can democracy be taught? Journal of Democracy, Washington, DC, v. 14, n. 4, Oct. 2003.

- FINKEL, Steven, E.; SMITH, Amy Erica. Civic education, political discussion, and the social transmission of democratic knowledge and values in a new democracy: Kenya 2002. *American Journal of Political Science*, v. 55, n. 2, p. 417-435, Apr. 2011.
- FUKS, M.; BATISTA, F. P. Informação e conceituação: um estudo sobre a dimensão cognitiva da desigualdade política entre jovens de Belo Horizonte. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 26, n. 76, p. 123-143, 2011.
- FUKS, Mario; CASALECCHI, Gabriel. Trust and political information: attitudinal change among participants in the Youth Parliament in Brazil. *Brazilian Political Science Review*, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 70-88, 2012.
- FUKS, Mario. Explicando os efeitos de programas de socialização política: a experiência do Parlamento Jovem no Brasil. *Opinião Pública*, Campinas, v. 20, n. 3, p. 425-449, Dez. 2014.
- GIDDENS, A. As consequências da modernidade. São Paulo: Unesp, 1990.
- GONÇALVES, Guilherme Quaresma; CASALECCHI, Gabriel Ávila. O impacto do Parlamento Jovem sobre a confiança dos jovens mineiros. *Cadernos da Escola do Legislativo*, Belo Horizonte, v. 15, n. 24, jul/dez. 2013.
- HENRIQUE, Ana Lúcia. Confiança e democracia: aspectos de uma instável união estável. *E-legis*, Brasília, n. 4, p. 168-193, 1º sem. 2010.
- HILLYGUS, D.S. The missing link: exploring the relationship between higher education and political behavior. *Political Behavior*, United States, v. 27, n. 1, p. 25-47, Mar. 2005.
- IBOPE Inteligência. Índice de Confiança Social 2015. Disponível em: http://www.ibope.com.br/pt-br/noticias/Documents/ics_brasil.pdf. Acesso em 02 ago. 2016.
- MARIEN, Sofie; HOOGHE, Marc; QUINTELIER, Ellen. Unconventional participation and the problem of inequality: a comparative analysis. In: AMNÅ, Erik. *New Forms of Citizen Participation: Normative implications*. Baden-Baden: Nomos Verlag (European Civil Society), 2010. v. 3.

- MARKUS, Hazel; WURF, Elissa. The dynamic self-concept: A social psychological perspective. *Annual review of psychology*, v. 38, n. 1, p. 299-337, 1987.
- Martins, José de Souza. *O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- MARTINS, Lúcio Meireles. Educomunicação para a democracia: o programa Plenarinho e o nível de educação política infantojuvenil. 2012. 118 f. Monografia (Especialização). Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor), Câmara dos Deputados, Brasília, 2012.
- MAYORGA, C.; CASTRO, L. R.; PRADO, M. A. M. Juventude e a experiência da política no contemporâneo. Rio de Janeiro: Contra Capa Editora, 2012.
- MILBRATH, Lester W.; GOEL, M. L. Political participation: how and why do people get involved in politics? Chicago: Rand McNally College Pub. Co., 1977.
- MOISÉS, José Álvaro; CARNEIRO, Gabriela Piquet. Democracia, desconfiança política e insatisfação com o regime: o caso do Brasil. *Opinião Pública*, Campinas, v. 14, n. 1, p. 1-42, Jun. 2008.
- MORENO, Rosangela Carrillo; ALMEIDA, Ana Maria F. O engajamento político dos jovens no movimento hip-hop. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 40, p. 130-142, 2009.
- MOISÉS, José Álvaro. Cultura Política, Instituições e Democracia: lições da experiência brasileira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 23, n. 66, p. 11-43, fev. 2008.
- NAZZARI, Rosana Katia. Capital social e socialização política dos jovens no Brasil. *Educação Unisinos*, Rio Grande do Sul, v. 9, n. 2, p. 145-154, 2005.
- NOBRE, Marcos. Choque de democracia: razões de revolta. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2013.
- NOGUEIRA, Marco Aurélio. Representação, crise e mal-estar institucional. *Sociedade e Estado*, v. 29, n.1, p.91-111, 2014.
- NORRIS, Pipa. *Critical Citizens: global support for democratic governance*. Oxford: Oxford University Press, 1999.

- NORRIS, P., KROOK, M. One of us: multilevel models examining the impact of descriptive representation on civic engagement. 2009. Paper for presentation in panel 34-6 'Beyond the Ballot Box: Institutions, Participation and Representation at the Annual Meeting of the American Political Science Association, Toronto, September, 2008. Disponível em: <https://dash.harvard.edu/bitstream/handle/1/4448881/Norris%20One%20of%20Us.pdf?sequence=1>. Acesso em: 23 nov. 2016.
- ODDONE, Sílvia Castanheiro. O Programa Senado Jovem Brasileiro: comunicação institucional para o fortalecimento da imagem do Senado Federal e o aumento da participação social, 2015. 64 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) - Instituto Legislativo Brasileiro, Senado Federal, Brasília/DF, 2015.
- OKADO, Lucas T. A. Juventude e participação política no Brasil: efeitos geracionais ou de ciclos de vida. Revista Espaço Acadêmico, v. 13, n. 147, p. 37-50, ago. 2013.
- OLIVEIRA, Tânia Modesto Veludo de. Amostragem não probabilística: adequação de situações para uso e limitações de amostras por conveniência, julgamento e quotas. Administração On Line: prática, pesquisa e ensino, v. 2, n. 3, jul/ago/set, 2001.
- POESCHL, Gabrielle; RIBEIRO, Raquel. Ancoragens e variações nas representações sociais da corrupção. Análise social (2010): 419-445.
- QCA - QUALIFICATIONS AND CURRICULUM AUTHORITY. Education for citizenship and the teaching of democracy in schools: Final report of the Advisory Group on Citizenship. London: QCA, 1998. Disponível em: <http://dera.ioe.ac.uk/4385/1/crickreport1998.pdf>. Acesso em 23 nov. 2016.
- RIBEIRO, Guilherme Wagner. Informação, aprendizagem e inovação nas Câmaras Municipais de Minas Gerais. 2010. 231 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Minas Gerais, 2010.
- RIBEIRO, Ednaldo Aparecido. Participação Política e Juventude: mudanças no padrão de relacionamento entre os cidadãos e a política. Em Debate, Belo Horizonte, v. 4, n. 8, p. 26-34, nov. 2012

ROCHA, Hérycka Sereno Neves da. Educação para a democracia: desafios e perspectivas a partir da análise do perfil dos participantes dos programas Estágio-Visita de Curta Duração e Parlamento Jovem Brasileiro da Câmara dos Deputados. 2016. Dissertação (Mestrado Profissional em Poder Legislativo) - Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento, Câmara dos Deputados, Brasília/DF, 2016.

RODRIGUES, Alan. O que os jovens pensam sobre a política. Revista IstoÉ, n. 2336, 29 ago. 2014. Disponível em: http://www.istoe.com.br/reportagens/380009_O+QUE+OS+JOVENS+PENSAM+SOBRE+A+POLITICA. Acesso em: 17 mar. 2015.

SACCHET, T. Capital social, gênero e representação política no Brasil. Opinião Pública, Campinas, v. 15, n. 2, p. 306-332, nov. 2009.

SAKAMOTO, Y., ISHIGURO, M., AND KITAGAWA G. Akaike Information Criterion Statistics. Dordrecht: D. Reidel Publishing Company, 1986.

SANDOVAL, Salvador A. M. O comportamento político como campo interdisciplinar de conhecimento: a reaproximação da Sociologia e da Psicologia Social. In: LHULLIER, Louise et al. (Org.). Estudos sobre comportamento político: teoria e pesquisa. Florianópolis: Letras Contemporâneas, p. 13-23, 1997.

SCHLEGEL, R. Educação como política pública: por que os retornos políticos merecem ser avaliados. E-legis, Brasília, n. 7, p. 7-21, 2º sem. 2011.

SCHLEGEL, R. A educação brasileira e seus retornos políticos decrescentes. In MOISÉS, J.A.; MENEGUELLO, R. (Org.). A desconfiança política e os seus impactos na qualidade da democracia. São Paulo: Edusp, 2013.

SIEGEL, Sidney. Estatística Não-Paramétrica para as Ciências do Comportamento. São Paulo: MacGraw-Hill do Brasil, 1975.

INTRODUCTION to SAS. UCLA: Statistical Consulting Group. Disponível em: <http://www.ats.ucla.edu/stat/r/dae/logit.htm>. Acesso em: 15 dez. 2016.

- VAN VELSOR, Ellen; TAYLOR, Sylvester; LESLIE, Jean B. An examination of the relationships among self-perception accuracy, self-awareness, gender, and leader effectiveness. *Human Resource Management*, v. 32, n. 2-3, p. 249-263, 1993.
- VERBA, Sidney; BURNS, Nancy; SCHLOZMAN, Kay Lehman. Unequal at the starting line: creating participatory inequalities across generations and among groups. *The American Sociologist*, v. 34, n. 1-2, p. 45-69, Spring/Summer, 2003.
- WELLS, L. Edward. Theories of deviance and the self-concept. *Social psychology*, p. 189-204, 1978.
- YOUNG, Iris Marion. Representação política, identidade e minorias. *Lua Nova*, São Paulo, n. 67, p. 139-190, 2006.

Resumo

O estudo analisa a autopercepção dos participantes do Parlamento Jovem Brasileiro (PJB) sobre as influências do PJB no comportamento político dos egressos no período de 2006 a 2014, com base em *survey eletrônico*, incluindo análises quantitativas, por meio de técnicas descritivas e de inferência estatística. Os resultados apontam para uma mudança cultural duradoura e abrangente no nível da atitude política expressa no crescimento da confiança política no Poder Legislativo e, em menor nível, nos partidos políticos. O envolvimento social, caracterizado pelo interesse e motivação para o debate de questões sociais, e o engajamento cívico pelo acompanhamento da agenda política e pela participação em associações civis ampliam-se de forma relevante. A participação política formal em atividades partidárias também demonstra crescimento, entretanto, ocorre predominantemente entre homens e por egressos que também se engajaram no movimento estudantil.

Palavras-Chave: Parlamento Jovem Brasileiro; engajamento cívico; participação política; cultura cívica; comportamento político.

Abstract

The study analyzes the influences of the Brazilian Young Parliament (PJB) on the political behavior of the period 2006 to 2014. Data from a survey with a sample of 29.17% of the public attended by the PJB during the period, including quantitative Descriptive techniques and statistical inference. The results point to a lasting and comprehensive cultural change at the

level of political attitude expressed in the growth of political trust in the Legislative Branch and, to a lesser extent, in political parties. Social involvement, characterized by interest and motivation for the debate of social issues, and civic engagement by following the political agenda and by participating in civil associations are expanding significantly. The formal political participation in party activities also shows growth, however, occurs predominantly among men and graduates who also engaged in the student movement.

Keywords: Brazilian Youth Parliament; civic engagement; political participation; civic culture; political behavior.

Recebido em: 24 de abril de 2018

Aceito em: 28 de novembro de 2018